WEBINAR

Ainda há espaço para a economia na política florestal portuguesa?

A perspectiva das empresas

17 de Maio
11 Horas | Plataforma Zoom

Organizado por:

CAP AGRICULTORES DE PORTUGAL

Cofinanciado por:

PDR 2020 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014·2020

PORTUGAL 2020

UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
A Europa Investe nas Zonas Rurais

O primeiro dos princípios orientadores da política florestal nacional, estabelecido na Lei de Bases da Política Florestal, é relativo à produção (florestal) e preconiza o seu aumento, assente na expansão da área florestal e no aumento da produtividade dos espaços florestais.

> *Os princípios gerais … implicam a observância dos seguintes princípios orientadores:*
>
> *Da produção: as políticas tendentes ao aumento da produção, para além da expansão da área florestal, devem contemplar o aumento da produtividade dos espaços florestais, na óptica do uso múltiplo dos recursos e da sua sustentabilidade;*

Concordantemente, três dos seis objetivos estratégicos da Estratégia Nacional para as Florestas são:

C. Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos,

D. Internacionalização e aumento do valor dos produtos,

E. Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor.

No entanto, e apesar da proclamação formal nos principais documentos legislativos definidores da política florestal portuguesa, o sector florestal assistiu desde o início da XIII Legislatura, iniciada em 2015, a um ambiente político crescentemente antiprodução e, em consequência, à aprovação de legislação fortemente restritiva do investimento florestal e à quase cessação das medidas de fomento florestal - seguidas antes pelos poderes públicos durante décadas.

Por outro lado, houve a perda de um propósito autónomo da política florestal, com a sua subordinação funcional aos objectivos de outras políticas públicas como a de protecção civil, ordenamento do território e acção climática, e a uma muito clara subalternização das funções económicas da floresta a uma quase total irrelevância. A passagem da tutela política deste sector para o Ministério do Ambiente é a consagração desse facto.

Neste seminário – o segundo dedicado a este assunto – a CAP propõe-se promover a sua discussão com as principais empresas florestais portuguesas.

Intervenientes:

CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal, Luís Mira

Altri Florestal, Miguel Silveira

Amorim Florestal, Paulo Américo Oliveira

Floresta Atlântica, Marta Souto Barreiros

Florestgal, Rui Nobre Gonçalves

Sonae Arauco, Nuno Calado

The Navigator Company, João Lé